

ANÁLISE DO TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL À LUZ DO LIVRO “EU, EMPREGADA DOMÉSTICA: A SENZALA MODERNA É O QUARTINHO DA EMPREGADA”, DE PRETA RARA

ANALYSIS OF DOMESTIC WORK IN BRAZIL IN THE LIGHT OF THE BOOK “ME, DOMESTIC EMPLOYEE: THE MODERN SLAVE QUARTERS IS THE EMPLOYEE'S ROOM”, OF PRETA RARA

Fernanda Ferreira Carvalho¹

Bruna Fernandes da Silva²

Resumo: Trata-se da análise do trabalho doméstico a partir da obra de Preta Rara “*Eu, Empregada Doméstica - a senzala moderna é o quartinho da empregada*”, que demonstra através de relatos, as relações de descaso e humilhações que empregadas domésticas são submetidas. A construção do trabalho ocorreu por meio do método indutivo bem como pelo método de pesquisa bibliográfica e como objetivo geral buscamos compreender a subordinação de gênero e de raça do trabalho doméstico. Em se tratando da problemática buscamos compreender porque o trabalho doméstico no Brasil possui a atual estrutura e características tendo como ponto de partida o livro “*Eu, Empregada Doméstica - a senzala moderna é o quartinho da empregada*” da autora Preta-Rara. Outrossim, as hipóteses inicialmente levantadas partiram do pressuposto que a atual estrutura organizacional do emprego doméstico de nossa sociedade é produto de fatos históricos. Buscou-se descobrir quais fatos históricos estão vinculados ao trabalho doméstico e se realmente influenciam contemporaneamente. A pesquisa possui relevância para os estudos de Direito e Literatura considerando que graças aos relatos fatídicos do livro supra de Preta Rara, é possível compreender o quão o Estado Democrático de Direito é omissivo e falho quando se trata dos direitos das empregadas domésticas.

Palavras-chave: Empregada doméstica; Exploração; Luta de Classes; Racismo; Preta Rara.

Abstract: This is an analysis of domestic work based on Preta Rara's book “*Me, domestic employee: the modern slave quarters is the employee's room*”, which demonstrates through reports, the relationships of neglect and humiliation that domestic servants are submitted. The construction of the work took place through the inductive method as well as the bibliographic research method and as a general objective we seek to understand the subordination of gender and race of domestic work. When it comes to the problem, we seek to understand why domestic work in Brazil has the current structure and characteristics, starting with the book “*Me, domestic employee: the modern senzala is the employee's room*” by the author Preta Rara. Furthermore, the hypotheses initially raised were based on the assumption that the current organizational structure of domestic employment in our society is the product of historical facts. We sought to find out which historical facts are linked to domestic work and whether they really influence it at the same time. The research has relevance to the studies of Law and Literature considering that thanks to the fateful accounts of the above book by Preta Rara, it is possible to understand how the Democratic State of Law is silent and flawed when it comes to the rights of domestic servants.

Keywords: Maid; Exploration; Class struggle; Racism; Preta Rara.

¹ Mestre em Direito pela Universidade Federal de Goiás - UFG. Professora da Faculdade Carajás. Marabá, Pará, Brasil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0727190302293832>.

² Bacharel em Direito pela Faculdade Carajás. Marabá, Pará, Brasil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7209513969476369>.

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, com o objetivo de consagrar o Estado democrático de Direito, buscou garantir a igualdade a todos, sem qualquer distinção de classe, cor ou gênero, tendo estabelecido princípios e garantias fundamentais para tanto. Contudo, mediante dados e discussões que serão tratados no decorrer deste artigo, verifica-se que há violação desses direitos para determinados grupos vulneráveis, uma vez que a sociedade não superou ainda estruturas opressoras, fruto de nossas heranças coloniais. No presente trabalho, trataremos das relações de opressão e as desigualdades a que estão submetidas as empregadas domésticas no Brasil.

Particularmente no nosso país, essa atividade está vinculada a processos históricos culturais que perpetuaram a vinculação do trabalho doméstico à figura da mulher negra e sua desvalorização. Essas características, comprovadas pelos dados do IBGE e diversos estudos científicos, puderam ser verificados também no livro *“Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada”*, da autora brasileira Preta Rara. O livro traz um compilado de vários relatos de empregadas domésticas, que foram publicados na rede social *Facebook* em 2016.

A nossa problemática gira em torno de compreender porque o trabalho doméstico no Brasil possui a atual estrutura e características de ser realizado majoritariamente por mulheres negras e ser extremamente desvalorizado, tendo como ponto de partida os relatos de experiência presentes no livro *“Eu, Empregada Doméstica - a senzala moderna é o quartinho da empregada”* da autora Joyce Fernandes, também conhecida como Preta-Rara, publicado em 2019. Sendo assim, o objetivo do presente artigo é analisar os relatos do livro, a partir de uma contextualização histórica e sociológica que nos permita identificar porque o trabalho doméstico é essencialmente feminino, negro e desvalorizado.

2. A ARTE DE ESCREVER SOBRE SI E TORNAR-SE COLETIVO

A historiadora e rapper Joyce Fernandes, conhecida como Preta Rara, publicou, em 2016, em sua página na rede social *Facebook* um episódio que ocorreu no seu cotidiano de empregada doméstica – profissão que exerceu durante 7 anos de sua vida. Segundo a própria autora, o seu perfil no *Facebook* era um diário, onde contava suas experiências e sentimentos.

O primeiro relato publicado por Preta Rara na rede social, em 19 de julho de 2016 referia-se a seu último emprego como empregada doméstica, em 2009, em Santos:

Joyce, você foi contratada para cozinhar para minha família e não para vc. Por favor, traga marmitta e um par de talhães e se possível coma antes de nós na mesa da cozinha; Não é por nada ta filha, só pra gente manter a ordem da casa. (Patroa Jussara, em Santos 2009 – meu último emprego como doméstica) #EuEmpregadaDoméstica. (Fernandes, 2016 *apud* Almeida, 2019, p. 95).

Quando escreveu o relato sobre uma situação de humilhação que sofreu como empregada doméstica, o marcou com a *hashtag*, criada por ela, “#EuEmpregadaDoméstica” e, no dia seguinte à criação, a *hashtag* viralizou. Preta Rara convocou então que outras mulheres que passam ou passaram por situações semelhantes também publicassem seus relatos utilizando a *hashtag*, como forma de se fortalecerem e, potencialmente, transformarem a realidade a que estão submetidas.

No dia 19/07 comecei a relatar alguns casos que aconteceu comigo quando eu era Empregada Doméstica, e logo veio à ideia de expor não só a minha história, mas dividir isso com os meus seguidores aqui no Facebook e incentivar as pessoas contarem os seus relatos ou relatos das mulheres de suas famílias que já foram ou são Empregada Doméstica. Recebi muitos relatos e resolvi criar essa página para divulgar. Quem sabe juntos podemos mudar a situação dessas mulheres que a patroa dizem que são como se fossem da família, porém não são tratadas como seus entes queridos. Saudações Africanas! #PretaRara 21 julh. 2016. (Fernandes, 2016 *apud* Almeida, 2019, p. 95)

O chamado de Joyce surtiu efeito e, a partir de então, são milhares de pessoas compartilhando seus relatos e utilizando a *hashtag*, e ela criou uma página no *Facebook* que conta hoje com mais de 162 mil seguidores. E ainda, com quantidade de relatos, Preta idealizou arquivar alguns para publicá-los em um livro. Em 2019 o livro foi lançado, com o nome “*Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada*” e, além do compilado de relatos do *Facebook*, as primeiras páginas do livro possuem o relato de sua avó e de sua mãe, que também foram empregadas domésticas.

O gênero literário do livro é o relato pessoal, que tem como característica principal a reflexão do autor sobre seu próprio universo, potencializando a compreensão do seu eu (Aragão, 2016). É interessante perceber como este é um gênero textual poderoso, vez que é extremamente motivador para que as pessoas exerçam a sua escrita, visto que há uma conexão direta desta com a sua vida, seu universo, suas experiências (Aragão, 2016). É interessante perceber que o relato pessoal, apesar de individual e extremamente pessoal, neste caso, possibilitou, a partir da

análise do que têm em comum, perceber uma coletividade de mulheres negras que enfrentam as mesmas angústias, preocupações, humilhações, opressões.

O principal objetivo do livro, já declarado em seu prefácio, é dar voz às trabalhadoras negras que enfrentam heranças deixadas pela escravidão no Brasil: hierarquias sociais, a notável cidadania precária, desigualdade social, e o racismo que relegou a população negra à condição de maioria marginalizada. Desse modo, mesmo que abolida a escravidão, essas problemáticas são as definidoras do *status quo* da sociedade capitalista, que perpetua desigualdades em decorrência de cor, gênero e classe (Rara, 2019).

Assim, é interessante perceber que cada uma, com seu relato, evidencia que todas elas – empregadas domésticas – estão submetidas a uma mesma lógica de exploração que ultrapassa aquela que poderia ser admitida num sistema capitalista. As situações de abusos que sofrem (não ter direito a férias, sofrer assédio sexual de seu patrão, não poder utilizar o banheiro ou talheres da casa, dentre outros) são características de uma relação escravocrata e não própria das típicas relações de trabalho capitalistas, pelo menos como emolduradas nas legislações.

Nessa lógica, a exposição das experiências também serve como uma forma de defesa e fuga possibilitada pelas redes sociais, isso explica a imensa quantidade de relatos que a página recebeu em pouco tempo, pois a exposição de experiência online daquelas mulheres permitiu que milhares de vozes fossem ouvidas, sendo inclusive um dos objetivos do livro, como já afirmado.

Lyzyê Inácio Almeida, em sua Dissertação de Mestrado (2019) baseada no livro de Preta-Rara levantou importantes considerações a respeito da página eletrônica da escritora, dentre elas a necessidade de fuga da população negra. A autora da dissertação relembra as fugas de escravos que ocorriam no período colonial brasileiro para os quilombos como forma de resistência à violação de direitos humanos, e inteligentemente demonstra como a página eletrônica de Preta Rara se tornou uma forma de escape, um “quilombo do futuro”. Os relatos, extremamente pessoais, são potencializados pela sua compilação no livro de Preta Rara a tornarem-se uma experiência – e memória – coletiva. Os relatos, como veremos a seguir, evidenciam que o trabalho doméstico é feminino, negro e desvalorizado.

3. A VINCULAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO À MULHER

Um dos aspectos que chama atenção no livro de Preta Rara é o fato dos relatos serem femininos. A autora chega a dizer que para a mulher negra e pobre, ser doméstica é hereditário, como é exemplo a experiência dela, já que mãe e avó também foram empregadas domésticas.

De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2021) de 2013, existem cerca de 67 milhões de empregadas domésticas no mundo, das quais 80%, ou 55 milhões, são mulheres. No Brasil, em 2016 eram 6.158 milhões, sendo destes 92% mulheres.

Existem fatos decisivos na história humana que estabeleceram a atual conjuntura organizacional das sociedades, isso inclui a divisão social do trabalho. Dito isto, a obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de Friedrich Engels, publicada no ano de 1884, estabelece pontos cruciais do progresso do desenvolvimento humano sob o ponto de vista materialista.

Segundo a teoria de Engels (1985) a mulher foi aprisionada ao lar a partir do momento que houve maior acúmulo de riquezas e o homem impôs a ela a monogamia para assegurar sua linha de sucessão. Aquelas sociedades estavam num contexto chamado “comunismo primitivo”, momento histórico em que as sociedades humanas não se baseavam em divisão de classe. Percebe-se, no entanto, pela perspectiva de Engels (1985), que esse trabalho ser exercido pelas mulheres revela por trás de si questões de poder.

A mulher passa a ser aprisionada ao lar quando o homem impõe a ela a monogamia, para que ele pudesse ter certeza de quem seriam seus herdeiros. Anteriormente ao estabelecimento da propriedade privada, o trabalho doméstico era visto como honroso, importante e necessário naquelas comunidades como forma de preservação e manutenção da espécie e do grupo. Contudo, quando foi estabelecida a monogamia, a herança e a propriedade privada, o valor desse trabalho foi inferiorizado tornando ele uma prisão para a mulher (Engels, 1985).

Evidencia-se que, apesar de desde sempre as comunidades primitivas possuírem uma divisão natural do trabalho (em que a mulher já trabalhava no próprio lar), com o surgimento da propriedade privada e consequentemente do patriarcado ela perde o poder no lar, e o homem passa a exercer a chefia. Para Engels (1985), essa foi a grande derrota histórica das mulheres.

Logo, o trabalho doméstico, além de feminino, está localizado como o “não poder”, a ausência desse poder e a predominância do patriarcado levaram as mulheres, inclusive, a reproduzir as mesmas questões com outras mulheres, considerando que em se tratando do trabalho doméstico na contemporaneidade, a subordinação de gênero (e raça) é uma das principais conjunturas do trabalho doméstico no Brasil, logo, é necessário que haja a figura da mulher submissa, por isso que os relatos do livro de Preta são relatos esmagadoramente de mulheres.

4. O RACISMO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL

Segundo Silvio Luiz de Almeida (2018), o racismo é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade, e se subdivide em três concepções: individual, institucional e estrutural. A concepção individualista enxerga o racismo como uma patologia que pode ocorrer tanto de modo individual, como em caráter coletivo quando manifestado em grupos isolados, que deve ser combatida por meio das sanções civis ou penais. Essa concepção é frágil e limitada, pois não discerne propriamente a existência do racismo, apenas de um preconceito. Entende ainda que não existem sociedades ou instituições racistas, mas sim de sujeitos isolados que agem individualmente (Almeida, 2018).

Em contraponto, a concepção institucional já não se isola em sujeitos ou grupos individuais, e compreende que o racismo é o produto do funcionamento de instituições, que consequentemente limita ou privilegia a partir da raça, e assim vai moldando o comportamento humano (pode se manifestar no ser humano tanto de modo racional, como por meio de preferências e sentimentos). Incluso a isso está o fato de que as instituições também carregam conflitos já pré-existentes na sociedade, como as lutas pelo controle de poder (de classe, raciais, sexuais, de forças produtivas do capitalismo e assim em diante). Nesse sentido, os conflitos raciais também fazem parte das instituições, uma vez que também se trata de questão poder (Almeida, 2018).

O ponto chave da perspectiva institucional é a dominação, que estabelece o domínio sobre a organização política e econômica para manter a hegemonia do grupo racial no poder, e ainda naturaliza seu domínio de forma racional (Almeida, 2018). Por isso é comum vermos o monopólio de determinados profissionais a uma área e entendermos como normal a ausência de pessoas negras (no judiciário, por exemplo) além de aceitar de forma natural a predominância de mulheres negras na classe doméstica.

Nesta cadência, se as instituições possuem essas características e já carregam conflitos pré-existentes, significa então que as instituições apenas materializam uma estrutura social da qual já fazem parte. Logo, o racismo institucional integra o racismo estrutural. O racismo estrutural é compreendido como algo maior, tão intrínseco à própria sociedade que praticamente se funde a ela, é a própria estrutura social, é a ordem social reproduzida por meio das instituições, por isso, as instituições são racistas porque a sociedade é racista (Almeida, 2018, p. 36).

De fato, a ocupação das mulheres negras está restrita pela sua cor, sem alterações de seus papéis historicamente definidos (Martins, 2012), demonstrado através do livro *“Eu, Empregada Doméstica - A Senzala Moderna é o Quatinho da Empregada”*, de Preta Rara

(2016). A seguir serão apresentados relatos com intuito de demonstrar a predominância das negras neste tipo de serviço, não se esgotando apenas neles. Assim:

Após a gravidez a minha mãe foi morar na casa do meu pai. *Era uma preta grávida no meio de uma família branca, mesmo sendo casada com o meu pai, os trabalhos domésticos e as humilhações eram a forma de pagamento por ela morar e comer ali.* Eram 8 pessoas numa casa e ela tinha que fazer tudo por todos, só podia usar o banheiro do quintal. A minha avó orava pra que eu nascesse mais "clarinha", que puxasse mais ao meu pai e quando tinha alguma visita sempre deixava claro que minha mãe era uma criada, ela nunca tratou as outras noras como tratava a minha mãe. Hoje tenho pavor da casa deles, tenho pavor daquela casa cheia de quadros com fotos daquela família branca e nenhuma minha ou de meus irmãos (Rara, 2019, p. 42, grifei).

Minha vó foi empregada doméstica de várias famílias ricas. *Em 1958 ela trabalhava pra família mais rica de São Paulo, mulher negra, bonita, era assediada pelo patrão o tempo todo, a patroa fazia vista grossa, era como na época da escravidão mesmo, elas sabiam e tinham aquilo como um hobby para o marido.* Minha vó engravidou e até hoje não sabemos se foi estupro ou não. Ela nunca contou esta parte, mas também não negou. A patroa deixou ela morando lá até o bebê nascer, como minha mãe nasceu branca e parecida com o patrão, a patroa propôs a ela para que ficasse com a bebê, mas minha vó teria que ir embora. Desesperada, minha vó fugiu com minha mãe e durante muitos anos ela negou esta história, pois tinha medo que minha mãe o procurasse. Um dia, em confidência a uma tia, ela contou a verdade. Mas minha mãe tem quase certeza que foi um estupro e, por isto, ela não faz nenhuma questão de ir procura-lo (Rara, 2019, p. 75, grifo nosso).

Eu comecei bem cedo a trabalhar como doméstica pq precisava ajudar minha família. Hoje não entendo como podem dar emprego a uma menina de 12 anos mas na época eu achava que tive sorte por estar empregada e poder levar dinheiro pra casa. Passei vários casos vexatórios, porém pra mim os mais marcantes foram duas casas que trabalhei. *Eu, negra e de família pobre.* Trabalhava numa casa que precisava dormir pra cuidar de uma bebê. Ela me fazia limpar os objetos sexuais dela, sim eram pênis plasticos e eu tinha que limpar pq como ela dizia eu era paga pra isso. E quando eles saiam de casa o filho dela que já era um homem casado, ia pra casa que eu trabalhava ligava a TV em um canal pornô e nossa só de lembrar me arrepio do medo que eu tinha de ser estuprada por ele. Eu me trancava no quarto da criança levando comida e agua apenas pra ela. Por vezes passei o dia segurando a fome e a vontade de ir ao banheiro com medo de sair do quarto. E ao tentar conversar com ela, ela me demitiu dizendo que eu era uma neguinha favelada mentirosa. Eu tinha 12 anos. O segundo caso, foi em outra casa que eu trabalhei que a patroa me obrigava a lavar a mão as calcinhas dela sujas de coco e menstruação. Nesses tempos eu experimentei como o ser humano pode ser mal e durante muito tempo eu acreditava que estava vivendo um pesadelo. Hoje tenho 30 anos e trabalho numa empresa, e sim, ainda conheço algumas pessoas que se acham mais que os outros mas nada se compara as humilhações que passei como doméstica. Por vezes eles acham que voc é um escravo. Quero deixar claro que eu comecei a trabalhar cedo não por culpa de minha mãe, ela assim como eu começou cedo também. e na época meu pai nos abandonou e meu irmão era pequeno. não tínhamos nada em casa e ela não tinha estudo. O que

propiciou que pudéssemos comer e vestir foi o trabalho dela e o meu. Minha mãe é uma guerreira e também passou inúmeras humilhações trabalhando como doméstica. Nunca me deixou parar de estudar apesar de toda dificuldade (Rara, 2019, p. 75, grifo nosso).

Considerando que o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, logo é estrutural, trata-se de práticas sociais e corriqueiras que são consideradas normais, práticas como humilhações, assédio moral e sexual. Da leitura dos relatos, se observa uma extrema vulnerabilidade na categoria das domésticas, contudo a vulnerabilidade está naturalizada (Almeida, 2018).

Não podia ser outro, se não este, o motivo da sociedade entender como natural o fato de negros e mulheres receberem os salários mais baixos, trabalharem mais horas, nas piores condições, não materializando os diplomas legais, além do mais normaliza a superexploração do trabalho (Almeida, 2018), tudo isso condiz com a situação da mulher negra no Brasil, como demonstrado pelos relatos.

5. O TRABALHO DOMÉSTICO BRASILEIRO: SUBORDINAÇÃO DA MULHER PRETA

Segundo, Silva, Loreto e Bifano (2017) o ponto de partida do trabalho doméstico no Brasil ocorreu durante o período colonial e já era entendido como trabalho escravo, e a atividade que as mulheres escravas desempenhavam eram de mucamas (criadas domésticas que também acompanhavam as senhoras brancas em passeios e demais atividades), amas de leite, cozinheiras, costureiras, e além disso, também cuidavam dos filhos da família branca, recebiam visitas de seus senhores, além de desempenharem um método de “correio” levando e trazendo recados, dentre outras atividades que lhes fossem impostas.

Durante o período escravista, os donos de engenho ou de fazendas, possuíam como residências imóveis conhecidos por “casa grande”, já os escravos eram obrigados a viver nas “senzalas”, que se tratava de um vão único sem conforto e privacidade. Dito isto, as empregadas domésticas desse período, apesar de morarem na senzala, passavam a maior parte do dia junto de suas senhoras (ou de senhores, caso necessário) na casa grande. Com o redimensionamento das casas na zona urbana, esses dois lugares fundiram-se e foi criado um novo cômodo nas casas: o quarto da empregada (Silva *et al.*, p. 415). Portanto, o quarto da empregada possui relação direta com a escravidão, uma vez que ele conserva o modo de controle sobre a jornada de trabalho da empregada doméstica do período escravocrata.

A abolição da escravidão levou a uma onda de mão de obra desqualificada para as tecnologias que o Industrialismo brasileiro necessitava. Existiam mais oportunidades de trabalhos para homens negros do que para as mulheres negras, graças à necessidade de trabalho braçal, que já desempenhavam nas fazendas e lavouras. Portanto, as mulheres negras continuaram a desempenhar trabalhos domésticos sem direito a salário, análogos à escravidão em troca apenas de comida e moradia (Vargas e Wambier, 2016).

Conforme Vargas e Wambier (2016), enquanto escrava, a mulher negra era obrigada a satisfazer toda espécie de lascívia de seu senhor, por esta razão, criou-se uma tipologia de identidade, em especial das mulatas, relacionada à prostituição e ao caráter duvidoso. E este tornou-se um dos maiores obstáculos para a mulher preta conseguir um emprego decente pós abolição. As obras Naturalistas escritas durante esse período são um grande exemplo disso: enquanto a mulata Rita Baiana de *O Cortiço*, escrito por Aluísio Azevedo (1890) é descrita sob a forma estereotipada da típica mulher brasileira sedutora e atraente, a parda Isaura do Romance *A Escrava Isaura*, escrito por Bernardo Guimarães (1875), é exaltada por sua pureza e bondade. Trata-se de uma alusão ao caráter como inerente à cor, que já adentra as questões de racismo estrutural.

Nesse sentido o período de escravidão estabeleceu a desvalorização social do trabalho doméstico considerando que era exercido pela mulher preta ex-escrava ou de descendente de escravos.

Com efeito, as políticas públicas voltadas à população não chegavam aos negros, e isso dificultava o acesso da grande maioria da população brasileira, que era negra. Desse modo, o conhecimento, acesso às universidades e os altos cargos eram áreas de domínio dos brancos. Logo, não havia como os negros ascenderem socialmente, menos ainda às mulheres negras, limitando-as a ocupações dos piores ou nenhum salário.

Neste momento histórico pós-escravidão é importante perceber que as relações de trabalho continuaram a ser regidas também pela subordinação racial, não ocorrendo significativas alterações quanto ao posto de trabalho da mulher negra, o que é evidenciado pelos relatos do livro da Preta Rara “*Eu, Empregada Doméstica - a senzala moderna é o quartinho da empregada*”. Tais relatos reafirmam que os espaços ocupacionais femininos, são um *continuum* das relações de poder e dominação patriarcal e ao mesmo tempo, uma reafirmação dos “lugares” historicamente destinados às negras (Martins, 2012).

A reafirmação do trabalho doméstico regido pela divisão social do trabalho acentua-se duas vezes mais sobre a mulher negra. O racismo passou a ser materializado nas relações de

trabalho bem como nas diferenças salariais, sendo que essa diferença salarial é apenas uma das marcas indelegáveis deixadas pelo período escravocrata (Martins, 2012).

Desse modo, verifica-se que a escravidão possui relação direta com o trabalho doméstico, uma vez que ele passou a ser percebido como “serviço de preto”, porque era uma das funções imposta ao povo negro. Como afirmado anteriormente, os escravos eram explorados, assim, toda atividade e função que desempenhavam antes continuaram sendo exploradas após a abolição da escravidão. Era preferível, para a mulher preta, suportar a opressora exploração senhorial em troca de subsistência e condições mínimas de trabalho do que encarar uma sociedade malfazeja que enxergava no negro uma vil anomalia da natureza (Ferraz e Rangel, 2014, p. 09).

Assim, segundo Ferraz e Rangel (2014), as características dessa desvalorização também se consolidaram como construção sócio-jurídica da classe das empregadas domésticas, além de se tornarem um padrão percebido atualmente, de tal modo que os domésticos simplesmente se envergonham de sua condição e buscam qualquer outro emprego mais “digno”. Ou seja, não restaram sequer resquícios do grande valor que o trabalho doméstico possuía nas primeiras civilizações das famílias consanguíneas, como trabalhado por Engels anteriormente.

Se antes havia ocorrido a inversão de valores, quando sobreveio a origem da família, da propriedade privada e do estado, bem como o estabelecimento do patriarcado, agora já não há qualquer dignidade. A brutalidade e selvageria, como forma de exploração impulsionadas pelo capitalismo, são manifestadas pela má remuneração, monopólio do negro (involuntariamente, é claro) da classe doméstica, assédio moral e sexual, dentre outras problemáticas

6. A LUTA DE CLASSES E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA AS FAMÍLIAS NEGRAS E O TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL

O livro de Preta Rara se inicia com as experiências de trabalhos domésticos da Sra. Nôemia Caetano Fernandes (Avó de Preta) e da Sra. Maria Helena da Silva (Mãe de Preta). Tais relatos também constituem uma fonte histórica importante para os estudos sobre gênero, raça, trabalho e desigualdades no Brasil contemporâneo (Rara, 2019).

Eu comecei a trabalhar aos 14 anos. Todas as minhas patroas foram boas pra mim, não teve muita ruindade não. Só aquelas coisas, né? De poder comer

quando todos já comeram. Já teve vez que eu passava o dia todo trabalhando, e ela só me dava dois salgadinhos. Eu trabalhei num apartamento que era no Oitavo andar, e ela exigia que eu limpava muito bem as janelas. Então eu ficava pendurada com a cintura pra fora da janela. Uma amiga dela viu aquilo e achou um absurdo. Ela chamou a atenção da minha patroa. Eu tinha 17 anos quando isso aconteceu. Ela era boa, não era ruim não. As patroas me davam muitas coisas pra mim, todas elas gostavam muito dos meus filhos e mandavam presentes pras eles. Eram brinquedos usados, mais davam. Eu trabalhei dos 14 até os 44 anos como empregada doméstica. E não lembro de nenhum abuso forte não. Eu só parei de trabalhar porque eu tive que cuidar da minha mãe doente. Mas eu e meu marido trabalhamos muito para construir essa casa que moramos até hoje, e para criar bem nossos quatro filhos, que hoje nos deram 12 netos 4 bisnetos. Tudo bem criados pela graça e honra de Deus. Nôemia Caetano Fernandes. Avó da Preta-Rara (Rara, 2019, p. 14)

Existe um evento nos relatos da família de Preta, o qual chama bastante atenção, além disso, é recorrente também em outros relatos do livro, em que vários membros de uma mesma família, como avós, mãe, tias e irmãs também desempenham a função de doméstica. Trata-se de um monopólio de profissionais, aqui sendo as mulheres pretas, a essa espécie de serviço que é empurrado pela classe dominante às classes dominadas (Bourdieu, 1989). Conseqüentemente, é necessário levantar alguns aspectos da luta de classes para entendermos essa espécie de monopólio.

Ocorre que se trata de um efeito sociopático da desorganização social do “meio negro” conforme alude Florestan Fernandes em sua obra *A integração do negro na sociedade de classes – Vol. 1: O legado da “raça branca”*. Essa desorganização influi diretamente na estrutura familiar dos negros, e isso foi manifestado principalmente na cidade de São Paulo nas três primeiras décadas deste século XX (Fernandes, 2008). E como isso se vincula ao mercado de trabalho? Primeiro que no período escravocrata, os negros eram brutalmente apartados de sua família, logo, muitos não possuíam qualquer estrutura familiar nem antes nem após a abolição da escravidão, havia apenas a união grupal de negros ex-escravos.

Já de outro modo, os imigrantes que aqui chegavam utilizavam todos os membros de sua família como mão de obra na agricultura. Desse modo, claramente a competição entre o negro sozinho e uma família era extremamente desfavorável, considerando que a família sempre servia, direta ou indiretamente, de alicerce à ascensão econômica, social e política (Fernandes, 2008).

Nesse sentido, considerando que se tratava de um momento de formação de classes, uma vez que o Brasil saía de um regime escravagista e desenvolvia o capitalismo, com novas classes e arranjos econômicos e políticos, foi gerada uma deficiência institucional na família negra que diante da nova ordem em expansão, sobretudo na competição com os padrões

impostos pelos imigrantes, o negro passou a ter dificuldades para integrar as tendências da organização social. E ainda, é claro que, sem um mínimo de cooperação e de solidariedade domésticas, ninguém podia vencer naquela "selva selvagem" a "competição individualista" requeria um complexo substrato institucional, de que a família integrada constituía o patamar (Fernandes, 2008).

Contudo, Florestan Fernandes (2008), em vários momentos de seu livro, observa que mesmo diante de todas essas dificuldades, identificou que o “meio negro” ainda conseguiu, mesmo que com grande atraso e enormes deficiências, de modo lento e descontínuo, absorver as instituições sociais que se tornaram básicas para a conformação do horizonte cultural, a organização da vida e a integração no regime de classes. Não poderia ser outro, se não esse o fenômeno que ocorreu na família de Preta Rara, bem como nas estruturas de outras famílias de domésticas relatadas no livro “*Eu, Empregada Doméstica*”.

Incluso a isso, talvez como consequência, está a impossibilidade de ascensão do meio negro, o que também ocorreu com a família de Preta. Em vista disso, observou-se que o mercado de trabalho também é resultado de um longo processo de relações históricas e não de forças espontâneas e instantâneas as quais são de fácil acesso para todos (meritocracia), considerando que são provenientes das mediações sociais e político-estatais nas quais as questões como raça e gênero farão parte. A probabilidade de acesso e de mobilidade social é limitada pela discriminação que ocorre nos grupos-étnicos raciais que os impedem de possuir acesso a bens de uso coletivo como a educação, além de permanecerem nas piores condições de trabalho, o que os remete diretamente às piores condições de vida (Bourdieu, 1989). No mesmo sentido:

Como lembra Michael Reich, o racismo, de formas não propriamente econômicas, ajuda a legitimar a desigualdade, a alienação e a impotência necessárias para a estabilidade do sistema capitalista. O racismo faz com que a pobreza seja ideologicamente incorporada quase que como uma condição "biológica" de negros e indígenas, naturalizando a inserção no mercado de trabalho de grande parte das pessoas identificadas com estes grupos sociais com salários menores e condições de trabalho precárias (Almeida, 2018, p. 135).

Com a mesma perspectiva Almeida (2018) conclui que se trata de um círculo contínuo em que a desigualdade racial é vivenciada na forma de pobreza, desemprego e privação de material. Assim:

Portanto, a análise do racismo sob o ponto de vista econômico-estrutural nos leva a duas conclusões: 1. O racismo se manifesta no campo econômico de forma objetiva, como quando as políticas econômicas *estabelecem privilégios para o grupo racial dominante ou prejudicam as minorias*. Um exemplo disso é a tributação. Em países como o Brasil, em que a tributação é feita primordialmente sobre salário e consumo — que pesa principalmente sobre os mais pobres e os assalariados em detrimento da tributação sobre patrimônio e renda, que incidiria sobre os mais ricos —, a carga

tributária torna-se um fator de empobrecimento da população negra, especialmente das *mulheres negras*, visto que estas são as que recebem os menores salários. Segundo o relatório da pesquisa *As implicações do sistema tributário na desigualdade de renda*, em sendo a Carga tributária brasileira regressiva (Almeida, 2018, p. 134, grifo nosso).

Sob a perspectiva de Florestan Fernandes (2008), após a abolição da escravidão a sociedade brasileira largou o negro à própria sorte, não dando a ele a oportunidade de se reeducar nem para corresponder aos padrões de competição com os estrangeiros (trabalhadores livres provenientes de outros países). Os negros foram confinados em tarefas ou ocupações brutas, mal retribuídas e degradantes, lhes restando a disputa contra o mulato, as oportunidades residuais com os componentes marginais do sistema, eternamente.

Considerando que a atual conjuntura do emprego doméstico no Brasil é uma herança escravocrata, o mesmo se depreende da leitura de Florestan Fernandes (2008), que durante o estabelecimento de classes (no período pós abolição da escravidão), foi impedido ao negro acesso à ordem social por não possuir domínio necessário das técnicas do sistema econômico capitalista. Os aspectos dessa estrutura são facilmente verificados contemporaneamente na obra de Preta Rara, mesmo após a promulgação de uma Constituição chamada de “cidadã”, e após décadas de luta para regularização das leis trabalhistas a favor das domésticas, e em que pese tudo isso, ainda há a soma de exploração e humilhação que ocorrem corriqueiramente, conforme os relatos de “*Eu, Empregada Doméstica*”.

Excluídos das ocupações conspícuas e mais ou menos compensadoras, o negro e o mulato estavam “condenados a vegetar socialmente” — como eles próprios falam. Não podiam romper a crosta secular da miséria ostensiva, da dependência disfarçada ou da semidependência transplantada com suas pessoas do mundo rústico para a cidade. Não tinham como superar condições de existência social anômica, herdadas diretamente das senzalas e reativadas pelas peripécias de desagregação do regime servil. (Rara, 2019, p. 175).

O emprego doméstico esteve presente em três gerações de uma mesma família; a sucessão somente foi interrompida na geração da própria autora, quando ela conseguiu ingressar na Universidade Católica de Santos, no curso de história, ou seja, quando ela conseguiu uma posição na sociedade de classes por meio da educação. Vejamos, pois, o último relato de um membro da família de Preta, sua mãe Maria Helena da Silva:

Trabalhei em diversas casas, minha primeira casa eu tinha apenas sete anos de idade. Eu morava com a minha vó Helena, pois minha mãe tinha problemas de alcoolismo e sempre nos abandonava. Então vire e mexe eu e meus irmãos voltávamos para a da minha vó. Era muito difícil, porque meus avós eram mais de idade e com pouco dinheiro para sustentarem tanta gente em casa. Uma vez uma mulher na rua dos meus avós procurando alguma criança pra brincar com os filhos dela, bateu lá em casa perguntando se minha vó não queria ganhar uns trocados. Se ela deixava eu ir brincar

com os filhos dela pra ela poder trabalhar em casa em paz. Minha vó disse que eu era muito novinha pra trabalhar como doméstica mas a moça afirmou que não era esse trabalho, que era só pra eu brincar com os filhos para ela poder fazer as tarefas sossegadas. Minha Vó perguntou se ela morava em Uberaba (MG), e a moça afirmou que sim, e que em troca ela pagaria meus estudos, alimentação e roupas. Minha vó confiou na mulher que nunca tinha visto na vida e ali começou o meu tormento. A mulher não morava em Uberaba. No dia seguinte viajamos muitas horas e chegamos na casa dela que era em Campinas (SP). Ela já foi pedindo pra eu descarregar as coisas do carro e preparar a janta que todo mundo estava com fome. Eu não sabia cozinhar, a única coisa que fazia na casa da minha vó era arrumar a cama varrer o quintal. Assim a mulher começou me explicar e falou que se eu errasse ela me batia muito. O fogão dela era elétrico e se tivesse descalça tomava muito choque. Ela fazia eu cozinhar descalça de propósito mesmo e falava que o choque era pra eu ficar mais esperta. Eu era obrigada a dormir em uma casinha de madeira ao lado da casinha do cachorro, no qual ela jogava o resto de comida no meu prato no chão igual o do cachorro. Foram momentos muitos ruins, as crianças me chutavam, me mordiam, me batiam tudo dando risada e ela falava que lugar de preto era assim porque preto não era gente. Ela cortou meu cabelo dizendo que era pra eu ficar menos feia. Se eu não lavasse a louça direito, não estendesse a roupa do avesso eu apanharia muito, mesmo com o marido dela me defendendo. Ela foi uma mulher muito carrasca muito maldosa comigo. Eu fui muito humilhada e quando eu precisei de alguém pra cuidar de mim não tive. Eu só consegui sair dessa situação quando eu virei mocinha, quando desceu a menstruação eu achei que tava morrendo! Ninguém nunca me explicou nada. Naquele dia meus patrões tinham ido viajar e me deixaram trancada no quintal na casinha que eu dormia. Acordei e tinha sangue nas minhas pernas, logo comecei a gritar pedindo ajuda. Um vizinho subiu no muro e me viu e começou a me chamar de neguinha ladrona, perguntando o que eu estava fazendo lá. Eu disse que morava naquela casa. Ele me desmentiu, dizendo que já tinha ido várias vezes naquela casa e nunca tinha me visto. Foi quando expliquei que quando chegava visita me trancavam no quarto e dizia pra não gritar se não iria me bater muito. Esse moço chamou o bombeiro e fui resgatada. Me levaram até casa a da minha vó, que já estava em prantos sem saber do meu paradeiro. Tempo depois aos 17 anos cheguei em Santos (SP) a convite da irmã da minha mãe, que falou que tinha uma mulher precisando de uma doméstica. Como eu não arrumava emprego, fui. Fiz as malas me despedi dos meus avós e fui acompanhada dos meus traumas de infância. Cheguei até a casa da Dona Dulce, já na primeira semana achava tudo muito estranho, uma pessoa cuidando de mim como se eu fosse filha dela. Primeiro acordávamos eu fazia o café e ela sempre exigia que eu tomasse com ela na mesma mesa. Depois íamos caminhar na praia e na volta ela me ajudava a preparar o almoço. Eu me sentia muito bem. Ela me ensinou muitas coisas da vida, assuntos que minha vó nunca me explicou. O marido dela se queixava dizendo que pagava pra eu fazer as coisas e ela me ajudava no serviço e levava pra a praia. Quando eu conheci o Jairo, o homem com o qual que eu me casei, que é pai da Preta-Rara, a Dona Dulce me ensinou como se comporta perante um homem, o que eu podia ou não fazer. Ela gostou tanto dele que falava sempre pra eu fazer o prato preferido dele, pra gente ficar em casa e não sair porque ela tinha medo da violência policial pra quem era preto. Lá no final da década de 80. Já fui muito humilhada em outras casas. Nessa primeira como escrava. Eu to fazendo força pra lembrar do nome daquela mulher, mas que não consigo lembrar. Na minha cabeça apaguei muita coisa dessa história ruim, só estou falando pra você minha filha, porque eu sei que vai ajudar muitas pessoas. Graça a Deus, Ele colocou a Dona Dulce que foi a minha verdadeira mãe. Ela que me ensinou tudo, e assim foi que eu não reproduzi aquela revolta toda quando tive meus filhos. Muito pelo contrário, criei da forma que eu queria ser criada, com muito amor, zelo, carinho e atenção. Acho eu que o único trauma que ficou foi eu não conseguir aprender a ler e escrever. Já me matriculei em várias escolas, mas toda vez que eu tento, me dá uma dor de cabeça muito forte, as letras se embaralham, e eu acabo desistindo. Mas tenho muito orgulho de ter ajudado minhas filhas nas tarefas escolares mesmo sem saber ler. Hoje tenho duas filhas professoras, uma empreendedora e meu menino mega inteligente. Joyce, Raquel, Jaqueline e Lucas, a mãe ama vocês. *Maria Helena da Silva. Mãe da Preta Rara.* (Rara, 2019, pp. 16-18).

Da leitura deste e outros relatos constantes na obra “*Eu, Empregada Doméstica - A Senzala Moderna é o Quartinho da Empregada*” observa-se uma imensa quantidade de direitos violados, tanto violações gravíssimas a Direitos Humanos, como violações mais específicas, como direitos trabalhistas. O livro comprova que a organização da sociedade discrimina tanto gênero, raça e espaços de trabalho, estando bem longe dos princípios basilares do ordenamento jurídico, que visam consagrar o Estado Democrático de Direito.

Nesse sentido, Vieceli (2015) afirma que, além de discriminação, há as relações simbólicas de poder, uma vez que na América Latina o emprego doméstico sempre esteve vinculado à manutenção de famílias patriarcais. Preta Rara expõe exatamente isso, estando presentes no livro relatos sobre a subordinação racial, exploração da mão de obra doméstica, humilhações, condições de trabalho exaustivo e desgastante entre muito mais fatos que fogem totalmente da acepção e respeito dos princípios de um Estado Democrático de Direito. Inclusive, a própria Preta passou por situações de demonstram isso, senão vejamos uma parte de seu relato que evidencia a discriminação racial:

Eram dias mega cansativos, de sair com pouca grana e andar o dia inteiro do centro da cidade de Santos até o bairro Gonzaga entregando currículo. Isso virou uma dura rotina e nenhum telefonema desse esforço todo. Por diversas vezes eu tinha que optar por ir que dava uma caminhada de uma hora, pegar valor da passagem e comer algo; ou ir de ônibus e não comer nada. Uma vez me convidaram para ir em uma palestra sobre mercado de trabalho na Educafro, que é um cursinho pré-vestibular para afrodescendentes e carentes. Chegando lá o palestrante falou algo que me acertou como um alvo, justamente sobre o momento que eu estava vivendo: "Preto no Brasil não pode enviar currículo com foto, habitamos em um país racista, meu povo. Entreguem currículo sem foto aí vão chamar vocês para entrevistas. Façam esse teste." Eu saí de lá muito arrasada, pensando em quanta besteira aquele cara havia falado. Lembro de tê-lo achado super preconceituoso. Mas foi passando os dias, minha rotina de acordar cedo para entregar currículo, até que resolvi fazer o teste. Na vaga de emprego que pedia uma boa aparência tirei uma boa foto e enviei. Quatro dias depois choveu de telefonema marcando pelo menos uma entrevista. Aquilo me deu uma angústia tão grande. Foi ali que eu entendi o peso de ser preta em uma país racista. Chegando na entrevista as pessoas tomavam um susto ao perceberem que eu era preta. Faziam a entrevista, e pediam pra eu aguardar em casa. Já cansada de não conseguir nada, uma amiga me falou que a tia dela estava precisando de alguém que fizesse uma limpeza leve três vezes na semana. Essa minha amiga disse que a tia dela limpava a casa todo dia, que queria alguém mais para manter a limpeza, e que não seria um serviço pesado. Fiquei pensando se ia ou não, até que resolvi ligar e marcar de ir até à casa da tia dela. (Rara, 2019, p. 22).

A partir desse ponto, Preta Rara passa a relatar seu início como empregada doméstica. Da análise de seu relato, verifica-se que somente passou a laborar como doméstica porque não lhe foi ofertado oportunidades para trabalhar em outros serviços. Sobretudo, em outros relatos, além de se fazer presente a discriminação racial, encontram-se também outros aspectos degradantes, que violam inúmeros princípios e direitos. Senão vejamos em sequência:

Minha mãe é empregada doméstica e teve uma infância bem sofrida pois aos 8 anos foi entregue a uma família para ser "cuidada". Ocorre que, ao chegar nesta casa, onde pra ela era esperança de uma vida melhor. Descobriu que na verdade ela estava lá, era pra cuidar de uma outra menina um pouco mais nova que ela e fazer o serviço de casa. Minha mãe conta que o "salário" que recebia ia direto pras mãos da minha vó, que as roupas que ela usava eram sempre sobras de roupas de outras pessoas. Sua comida era separada, e servida em latas de sardinha, sem a sardinha é claro. Minha mãe conta que sua ceia de festas de final de ano era arroz, feijão e o caldo dos enlatados que eram utilizados na casa. Sem falar que não podia estudar, pois tinha que estar sempre a postos para atender as necessidades dos patrões. Inclusive as visitas noturnas do patrão que a "acariciava como se fosse sua filha" E isso durou até minha mãe ter 12/13 anos, onde em uma das visitas a casa da minha vó, se negou a voltar para o trabalho, mesmo após levar uma surra da minha vó. Minha mãe, ainda é empregada doméstica, porém hoje é tratada com o devido respeito. Aprendeu a se impor e sempre diz que não quer que a tratem como da família, pois isso ela sabe que não é. Mas também não aceita ser tratada como inferior pela profissão que exerce. E eu até minha adolescência acreditava que meu caminho seria o mesmo mas graças a uma patroa desequilibrada que tive, quebrei este ciclo. Mas a minha experiência, conto em outro relato. Muito obrigada pelo espaço, que você está abrindo. (Rara, 2019, p. 175).

Minha irmã mais velha era pequena (cerca de 4 anos) morava com ela no cubículo (quarto da empregada) ficava fechada no quarto quando não estava na creche. Um dia ela foi tomar café, pegou o pão e colocou um pedaço de linguiça blumenau que estava na mesa e a patroa chamou atenção dela dizendo: — A linguiça é comida de patrão, não de empregada. A partir de então a patroa passou a fazer uma marca na linguiça para ela saber se minha mãe havia comido da "comida dos patrões". Ela também contou das festas, natal, ano novo, páscoa, que ela ajudava a preparar e a servir, ela recolhia as bandejas vazias ou com carcaças no final da festa e ia fritar um ovo para comer com arroz, porque não sobrava nada para ela e para minha irmã. Sabe Preta-Rara, hoje eu chorei, porque não entendia por que minha mãe nunca gostou de comemorar natal, ano novo, fazer ceia ou grandes almoços de páscoa, e olha que ela casou de novo, deixou de ser acontece (só hoje ela me contou!) empregada e teve outros filhos... que ela sempre lembra daquelas ceias que ela servia e não podia comer, simplesmente para ela festas de fim de ano e de páscoa trazem essa dura lembrança de quando ela era empregada e aquela era a "festa com comida para patrão" ! (Rara, 2019, p. 169).

Minha mãe começou a trabalhar como empregada doméstica aos 14 anos das muitas situações que ela passou uma das mais tristes para mim era quando ela cuidava de duas garotas que por sinal gostava muito dela, mas o pai das meninas fazia questão de ressaltar que minha mãe era empregada da casa. Certa vez minha mãe estava no quarto com as meninas ele chamou minha mãe e mandou que ela saísse do quarto dizendo que quarto de patrão não é lugar de empregado que ela deveria se manter no lugar dela. O que mais me choca nessa história é que quando minha mãe precisava ficar em casa sozinha com ele, ele assediava minha mãe e dizia que gostava de "trepar" com mulatas também! PS: Minha mãe não é mais empregada doméstica.(Rara, 2019, p. 160).

Minha mãe tem PAVOR de comemorar aniversário, principalmente o dela. Aos 11 anos de idade, prestes a fazer 12 anos, ela trabalhava numa casa e tinha os fim de semana de folga para ir ficar com a família. Morava no emprego. Minha mãe, por coincidência, fazia aniversário na mesma semana da filha da patroa. Tinha em mente estar junto da família no fim de semana de seu aniversário. Mas a patroa lhe prometeu e convenceu meus avós a deixarem ela ficar no fim de semana. Ficando, seria realizado uma festa de aniversário duplo: De minha mãe e da filha da patroa. Minha mãe acabou ficando. Nunca tinha tido sequer um singelo bolo de aniversário. Ela participou dos preparativos, ajudando na cozinha, limpeza e inclusive servindo os convidados. Para ela não importava, só queria ter um "Parabéns pra você" e assoprar velinhas. Mas na hora do parabéns, foi trancada no quarto do departamento de

empregada, pois, segundo sua patroa "não se canta parabéns para empregada ". Foi tudo uma jogada. Foi-se um sonho de criança. Ficou um trauma. Somos em 4 filhos e nunca tivemos aniversário em casa, mesmo com pai confeitiro, pois minha mãe tem PAVOR de festa de aniversário. (Rara, 2019, p. 143)

A partir dos relatos, observa-se uma realidade social brasileira de um grupo totalmente vulnerável, o das mulheres – e meninas negras. Delas é roubado o seu direito à infância e à sua dignidade. A sociedade naturaliza tratar uma criança como um cachorro; naturaliza não contratar uma jovem negra (a não ser para a função de doméstica); naturaliza que essas mulheres não merecem respeito, atenção, afeto.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro “*Eu, empregada doméstica - a senzala moderna é o quartinho da empregada*”, publicado em 2019, no qual a autora Preta Rara compila vários relatos pessoas de empregadas domésticas, carrega uma imensa responsabilidade histórica uma vez que demonstra contemporaneamente a real situação da mulher preta, pobre e empregada doméstica brasileira.

Os relatos do livro exigiram a necessidade de um resgate histórico a respeito do trabalho doméstico, para entender o porquê desse trabalho ser tão desvalorizado, porque foi vinculado à mulher, e, no Brasil, porque foi vinculado à mulher preta e pobre.

Nesse sentido, a primeira busca objetivou entender porque o trabalho estava exclusivamente ligado a mulher. Sim, exclusivamente, pois em que pese a presença dos trabalhadores domésticos masculinos, a função de “empregada doméstica” é tão somente vinculada a mulher. Observe que até a nomenclatura para referir-se ao homem é diferente, pois o homem que exerce a mesma função de empregada doméstica é denominado mordomo, jardineiro, motorista, entre outros, inclusive até as funções são diferentes, como se pôde notar.

O primeiro fato a ser descoberto foi a relação de poder. Foi possível identificar que nas sociedades primitivas a presença da mulher em casa era representação de poder, devendo os homens submeterem-se às regras e imposições da pessoa que exercia a função de chefia da casa. Contudo esse matrio poder foi derrubado graças ao desenvolvimento da propriedade privada, que ocorreu mediante a necessidade de identificação de filhos para herdar os bens do genitor. A partir disso, a mulher passou a perder autonomia do lar para subordinação ao patriarcado. Tratava-se da origem do trabalho doméstico como trabalho feminino.

Posteriormente, verifica-se como ocorreu a subversão de valores. Se antes permanecer em casa era sinônimo de poder, depois passou a ser de subordinação. Em seguida, buscou-se investigar as origens do trabalho doméstico no Brasil, a fim de entender o porquê do trabalho

doméstico ter se tornado desvalorizado, bem como seu vínculo com a mulher preta, que foi proveniente da escravidão moderna, além de deixar heranças no “meio negro”, como denominado por Florestan Fernandes, palpáveis contemporaneamente.

Em seguida, passou-se examinar o livro cerne desse artigo. Conquanto, dos relatos se extrai uma série de prerrogativas que poderiam ser profundamente trabalhadas tais como trabalho infantil (em muitos relatos as empregadas começam a trabalhar bem cedo), assédio sexual, assédio moral, exploração. Além de suscitar dúvidas quanto à efetividade do Estado como promovedor da Justiça Social principalmente no que concerne a discriminação racial.

Nesse sentido, a resistência da mulher negra perdura contemporaneamente, não tendo se esgotado com a assinatura da Lei Áurea. Muito pelo contrário, o livro de Preta Rara demonstra que as condições de trabalho são semelhantes às condições servis, uma vez que é constante a subjugação, humilhações, discriminação racial da mulher, inclusive por outra mulher, reproduzindo a prática estrutural do patriarcado.

8. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lyzyê Inácio. *Eu empregada doméstica: Narrativas, Sentidos e Significados na Luta Pela Efetivação de Direitos das Trabalhadoras Domésticas no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. 200 f.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018. 203 f.

ARAGÃO, Andreia Doria. *Produzindo textos a partir do gênero relato pessoal*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016. 84 f.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 315 f.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985. 215 f.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 2008. 439 f.

FERRAZ, Fernando Basto; RANGEL, Helano Márcio Vieira. A discriminação sociojurídica ao emprego doméstico na sociedade brasileira contemporânea: uma projeção do passado colonial. *In: X ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI*, Fortaleza, 2010. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI realizado em Fortaleza - CE nos dias 09, 10, 11 e 12 de Junho de 2010. P. 8633-8657.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Recife: Global Editora, 2003. 719 f.

GURGEL, Yara Maria Pereira. *Direitos humanos, princípio da igualdade e não discriminação: Sua Aplicação às Relações de Trabalho*. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. 311 f.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. *Racismo no mercado de trabalho: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da 'questão social' no Brasil*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. 222 f.

OIT. *Trabalho doméstico*. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm>>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

RARA, Preta. *Eu, empregada doméstica: A Senzala Moderna é o quartinho da Empregada*. Belo Horizonte: Letramento, 2019. 212 f.

SILVA, Deide Fátima da; LORETO, Maria das Dores Saraiva de; BIFANO, Amélia Carla Sobrinho. Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível. *Cadernos de Direito*, Piracicaba, v. 17, n. 32, p. 409-438, 2017. Semestral. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cd/article/view/3052>. Acesso em: 22 jun. 2020.

VARGAS, Marcia de; WAMBIER, Sandro Marlus. *A história das mulheres negras no Brasil: no enfrentamento da discriminação e violência*. Produções Didático-pedagógicas- PDE, 2016. Anual. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_hist_ufpr_marciadevargas.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020. 21 f.

VIECELI, Cristina Pereira. *Economia e relações de gênero e raça: Uma Abordagem Sobre o Emprego Doméstico no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. 188 f.